8º SIMULADO OAB 2012.1

16 DE MARÇO DE 2012

INSTRUÇÕES PARA REALIZAÇÃO DO SIMULADO

Estimados alunos,

1. O simulado terá início às 9:20hs e encerramento às 12:20hs. O aluno deve assinar a lista de presença que o professor/fiscal indicar.
2. Somente será admitida a entrada de alunos para realização da prova até ás 9h20hs. Após este horário, é vedada a entrada do aluno na sala de prova.
3. O aluno somente poderá entregar o cartão-resposta a partir das 9:50hs. Os três últimos alunos que estiverem na sala de aula deverão entregar seus cartões-resposta simultaneamente.
4. O aluno não poderá ter consigo nenhum material, salvo lápis, caneta, borracha e apontador. Todas as bolsas e demais pertences serão colocados na frente da sala, próximo ao professor/fiscal.
5. É vedada a utilização de qualquer material de consulta, bem como de qualquer tipo de aparelho receptor, transmissor, gravador ou tocador de mensagens, dados ou voz. A utilização implicará na atribuição de grau zero à prova do aluno.
6. Atenção ao preencher o cartão-resposta. O preenchimento deverá ser feito **obrigatoriamente com caneta azul ou preta**. Campos preenchidos com lápis, ou marcados com corretor ortográfico não serão considerados válidos. **Campos com dupla marcação, rasurados ou em branco anulam a questão.**
7. **O cartão-resposta é individualizado e não poderá ser substituído**. Deve ser preenchido ao final, nos últimos 30 minutos de simulado. **Em caso de erro no preenchimento, o aluno não receberá outro cartão resposta.**
8. O caderno de provas poderá ser levado pelo aluno. Somente o cartão resposta deverá ser entregue ao professor/fiscal.
9. Apenas um aluno por vez poderá ir ao banheiro durante a realização do simulado. Se houver mais de um aluno interessado em ir ao banheiro, só será permitida a saída do aluno da sala após retorno do outro. O professor/fiscal fará o controle de entrada e saída dos alunos da sala do simulado.
10. O professor/fiscal não poderá tirar qualquer dúvida relativa às questões de prova do simulado. Todas as impugnações e recursos só poderão ser realizadas por escrito, no prazo de 24hs da realização do simulado.
11. O gabarito do simulado será disponibilizado no Mural do NPJ, no corredor do 9º andar, e por e-mail no próprio dia 16/03, a partir das 13:20hs.
12. As impugnações e recursos serão encaminhados aos e-mails: [bruno.alves@fgv.br](mailto:bruno.alves@fgv.br), com cópia para [andre.mendes@fgv.br](mailto:andre.mendes@fgv.br). O prazo para a interposição dos recursos iniciar-se-á às 13:20hs do próprio dia 16/03 e extinguir-se-á no dia 19/03, às 13:20hs. O resultado das impugnações e recursos será divulgado até às 13hs de 21/03.
13. Na quinta-feira, dia 22/03, a partir das 17hs, o resultado oficial será disponibilizado no Mural do NPJ, no corredor do 9º andar, bem como enviado por e-mail.
14. **ATENÇÃO**:No período destinado a realização da prova está incluso o tempo para o preenchimento do cartão resposta.
15. **BOA PROVA**!

**Administrativo**

**1. Assinale a afirmativa correta.**

(A) O princípio da indisponibilidade do interesse público não afasta a possibilidade de arbitragem no âmbito das relações jurídicas envolvendo a Administração Pública.

(B) O tratamento isonômico por parte de administra­dores públicos, a que fazem jus os indivíduos, decorre basicamente dos princípios da impes­soalidade e da eficiência.

(C) O princípio da legalidade visa a impedir que administradores públicos se conduzam com abuso de poder, sobretudo nas atividades dis­cricionárias.

(D) Constitui fundamento do princípio da eficiência o sentimento de ética que deve nortear a conduta dos administradores públicos.

**2. Com relação à anulação do ato administrativo, assinale a afirmativa INCORRETA.**

(A) A anulação é de competência privativa da Admi­nistração Pública.

(B) A anulação fundamenta-se no reexame do ato com objetivo de aferir a existência de vício e sua manutenção no ordenamento jurídico.

(C) A anulação é um ato administrativo unilateral declaratório que tem como objetivo suprimir total ou parcialmente os efeitos de ato ilegítimo anterior.

(D) A anulação pode ser efetivada pelo Poder Judiciário por meio de sentença declaratória de nulidade, anulando o ato e seus efeitos.

**3. São considerados agentes públicos – delegatários:**

(A) os chefes do Executivo e os militares.

(B) os notários e os agentes políticos.

(C) os civis ocupantes de cargo em comissão.

(D) os particulares em cola­boração com o Poder Público.

**4. A prática de ato de improbidade:**

(A) Não envolve particular somente o Servidor.

(B) Depende de dano ao erário.

(C) Excepcionalmente admite culpa.

(D) Não ocorre se as contas estiverem aprovadas pelo Tribunal ou Con­selho de Contas.

**5. Em relação à Intervenção do Estado na Propriedade Privada, é correto afirmar que:**

(A) a indenização, na desapropriação para reforma agrária, não incluí as benfeitorias úteis e neces­sárias, e é realizada em títulos da dívida agrária.

(B) o objeto da requisição administrativa somente pode abranger bens móveis, fazendo jus o proprietário à prévia indenização.

(C) a desapropriação por descumprimento da função social da propriedade é da competência exclusiva da União.

(D) a requisição administrativa tem caráter de transi­toriedade, sendo assegurado ao proprietário indenização somente posteriormente na hipótese de comprovação de dano.

**6. Assinale a alternativa que indique, respectivamente, os bens públicos que podem ser objeto de direito pessoal e real pela Administração Pública.**

(A) Rios navegáveis e veículos oficiais.

(B) Aeroportos e praças.

(C) Museus e bibliotecas.

(D) Terras devolutas e veículos inservíveis.

**7. Assinale a afirmativa correta.**

(A) O Estado responde subjetivamente e objetivamente por dano causado a particular relativamente a ato ilícito e lícito praticado por agente público.

(B) O agente público responde somente subjetivamente pela autuação indevida de particular com abuso de direito.

(C) Em caso de dano causado a particular por erro de autuação, o agente público será sumariamente demitido, independentemente de processo admi­nistrativo.

(D) Em caso de negligência no exercício das fun­ções com ocorrência de dano, o agente só responde administrativamente.

**8. A modalidade de licitação que permite a aquisição de bens e prestação de serviços comuns com valores altos e menor preço é denominada:**

(A) pregão.

(B) convite.

(C) concurso.

(D) concorrência.

**09. A respeito da parceria público-privada, analise as afirmativas a seguir.**

**I. O contrato de parceria público-privada, na moda­lidade patrocinada ou administrativa, pode ser celebrado por qualquer valor, desde que não seja superior a 35 (trinta e cinco) anos.**

**II. A contraprestação da Administração Pública nos instrumentos e parceria público-privada poderá, entre outros meios, ser feita mediante a cessão de créditos não tributários e pela outorga de direitos sobre bens públicos dominicais.**

**III. Na Lei federal de parceria público-privada (Lei nº 11.079/04) houve a previsão de um fundo garantidor das parcerias público-privadas, o qual tem natureza pública.**

**Assinale:**

(A) se somente a afirmativa I estiver correta.

(B) se somente a afirmativa II estiver correta.

(C) se somente a afirmativa III estiver correta.

(D) se somente as afirmativas II e III estiverem cor­retas.

**10. A respeito da aplicação de sanções administrativas pela Administração Pública, assinale a alternativa incorreta.**

(A) O processo administrativo sancionador não é sigiloso.

(B) Não são admissíveis no processo administrativos sancionador as provas ilícitas e as provas colhi­das em processo penal.

(C) O contrato administrativo deve necessariamente estabelecer as penalidades cabíveis pelo des­cumprimento de obrigação contratual.

(D) A instauração de processo administrativo sancio­nador independe de prévia denúncia.

**Constitucional**

**11. Assinale a alternativa CORRETA no tocante ao instituto da medida provisória:**

(A) o controle judicial dos pressupostos de relevância e urgência não é permitido segundo jurisprudência consolidada do STF.

(B) cumprem ao Congresso Nacional disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas decorrentes de sua não conversão em lei no prazo de 60 dias contados a partir da sua rejeição.

(C)é vedada sua reedição, na mesma legislatura, se rejeitada ou tornada ineficaz por decurso de prazo.

(D) é permitido editá-la sobre matéria já disciplinada em projeto de lei pendente de sanção ou veto.

**12. Sobre o controle de constitucionalidade no Brasil, é correto afirmar:**

(A) o rol de legitimados ativos para a apresentação da representação de inconstitucionalidade no plano estadual deve seguir o princípio da simetria ao modelo federal.

(B) normas pré-constitucionais só podem ser analisadas no país pelo controle de constitucionalidade difuso.

(C) segundo entendimento jurisprudencial, o princípio da reserva de plenário não precisa ser adotado pelas Turmas Recursais de Juizados Especiais.

(D) somente juízes federais têm autorização constitucional para declarar, incidentalmente, a inconstitucionalidade de leis federais.

**13. A disciplina constitucional das imunidades parlamentares e a sua respectiva compreensão jurisprudencial permitem afirmar:**

(A) A inviolabilidade parlamentar não se estende ao congressista quando, na condição de candidato a qualquer cargo eletivo, vem a ofender, moralmente, a honra de terceira pessoa, inclusive a de outros candidatos, em pronunciamento motivado por finalidade exclusivamente eleitoral, que não guarda qualquer conexão com o exercício das funções congressuais.

(B) Desde a proclamação do resultado das eleições, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável.

(C) Os suplentes gozam de imunidades parlamentares.

(D) As imunidades de Deputados ou Senadores subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante o voto de todos os membros da Casa respectiva.

**14. Sobre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), assinale a alternativa correta:**

(A) O CNJ é presido pelo Ministro do STF mais antigo na Corte.

(B) Seus membros são nomeados para cumprir um mandato de 2 anos, vedada a recondução.

(C) À exceção do seu Presidente, os demais membros do Conselho serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

(D) Junto ao Conselho oficiarão o Procurador-Geral da República e o Presidente do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados de qualquer Estado brasileiro.

**15. Um determinado Estado da federação editou uma lei estabelecendo estacionamento gratuito em estabelecimento comercial. À luz da jurisprudência do STF, a referida lei é:**

(A) constitucional porque se trata de competência legislativa reservada aos Estados.

(B) constitucional porque se trata de competência legislativa remanescente dos Estados.

(C) inconstitucional porque se trata de competência legislativa dos Municípios.

(D) inconstitucional porque se trata de competência legislativa privativa da União.

**16. De acordo com o art.** **225 da CF/88: “*Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá- lo para as presentes e futuras gerações”.* Acerca da eficácia e aplicabilidade, pode-se dizer que estamos diante de uma norma:**

(A) limitada, na medida em que sua aplicação depende de atuação futura por parte do poder público e da sociedade;

(B) plena, mas com possibilidade de restrição através de lei;

(C) limitada, na medida em que sua aplicação é imediata e independe de regulamentação;

(D) contida, com aplicação imediata, mas com possibilidade de restrição;

**17. Sobre as funções típicas e atípicas dos poderes, não se pode afirmar:**

(A) que o legislador exerce função típica do Poder Judiciário, quando julga o Presidente da República por crime de responsabilidade e também quando instaura uma CPI para promover o julgamento dos seus investigados;

(B) que o Poder Judiciário exerce atividade legiferante quando apresenta projetos de lei ao Congresso nacional;

(C) que o Executivo também legisla mediante medidas provisórias;

(D) que o legislador exerce função administrativa quando realiza licitações para a contratação de serviços;

**18. Em relação às disposições constitucionais que versam sobre os direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa incorreta:**

(A) A garantia de inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade não é prerrogativa exclusiva do povo brasileiro.

(B) Dentre os direitos individuais previstos na Constituição está a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar.

(C) A Constituição não prevê a aplicação da pena de morte.

(D) Aos litigantes e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes, princípio este aplicável no processo administrativo.

**19. Assinale a alternativa correta:**

(A) As inelegibilidades relativas não podem ser ampliadas por legislação infraconstitucional;

(B) A inelegibilidade reflexa não se aplica àquele que já é detentor de mandato eletivo e candidato à reeleição;

(C) São condições de elegibilidade, de acordo com a Constituição Federal: o pleno gozo dos direitos políticos, a fidelidade partidária, o alistamento eleitoral e a idade mínima de 21 (vinte e um) anos para Governador de Estado;

(D) Para concorrerem à reeleição, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem se licenciar dos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

**20. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é:**

(A) A Constituição de 1988 é dirigente, pois pretende estabelecer metas que devem ser cumpridas pelo Poder Público.

(B) Semi-rígida, porque parte de seu texto pode ser alterado por procedimento legislativo comum.

(C) Histórica, porque resume a síntese da história e tradições do povo brasileiro.

(D) Formal, porque foi elaborada de acordo com os ideais predominantes no Brasil à época de sua criação.

**Deontologia**

**21 – Em relação à organização e ao funcionamento da OAB, assinale a opção correta, de acordo com o Estatuto dos Advogados.**

(A) Em razão da personalidade jurídica própria da Caixa de Assistência dos Advogados, contra ato de sua diretoria não cabe recurso ao respectivo Conselho Seccional.

(B) Uma subseção da OAB tem diretoria eleita, mas não pode ter conselho de subseção.

(C) O conselho federal é competente para a criação de subseções com mais de 5 mil advogados.

(D) Os conselheiros federais de São Paulo, quando presentes às sessões de seu respectivo conselho seccional, têm direito a voz, mas não podem votar nessas sessões.

**22. José da Silva foi denunciado pela prática de homicídio. Para defendê-lo, foi contratado o advogado Antônio Macedo, respeitável criminalista da cidade e, por coincidência, inimigo do *de cujus*. O denunciado confessou o crime no escritório de seu patrono, ocasião em que estavam presentes a esposa e os pais do réu. Durante o julgamento, porém, o réu, ao ser interrogado perante o juiz e os jurados, afirmou ter sido o advogado Antônio Macedo o verdadeiro autor do crime.**

**Diante dos fatos acima narrados, assinale a opção correta de acordo com o Código de Ética e Disciplina dos Advogados.**

(A) O advogado deverá substabelecer o mandato outorgado com reservas de iguais poderes a outro patrono.

(B) O advogado poderá revelar as confidências feitas em seu escritório desde que autorizado pelo réu.

(C) O sigilo profissional impede o advogado de revelar a confissão do cliente, cabendo à esposa e aos pais do réu desmentir a acusação ocorrida no interrogatório.

(D) O advogado, nesse caso, pode revelar o segredo a ele confiado, visto que ele, vendo-se afrontado pelo próprio cliente, tem de agir em defesa própria.

23. Em relação aos honorários advocatícios tratados no Código de Ética e Disciplina dos Advogados, assinale a opção correta.

(A) O recebimento de honorários de sucumbência exclui o pagamento dos honorários contratuais.

(B) O advogado não pode levar em consideração a condição econômica do cliente para fixação dos honorários advocatícios.

(C) Na hipótese de adoção de cláusula *quota litis*, os honorários devem ser necessariamente representados por pecúnia.

(D) Há expressa vedação a que o advogado tenha participação no patrimônio particular de clientes comprovadamente sem condições pecuniárias de pagá-lo.

24. Em relação à atividade do advogado, assinale a opção correta de acordo com o Regulamento Geral da OAB.

(A) A diretoria de empresa privada de advocacia pode ser exercida por quem não se encontre regularmente inscrito na OAB.

(B) O advogado da Caixa Econômica Federal é considerado advogado público pelo Regulamento Geral da OAB.

(C) Os integrantes da advocacia pública são elegíveis e podem integrar qualquer órgão da OAB.

(D) A prática de atos privativos de advogado por terceiros não inscritos na OAB é permitida desde que autorizada por dois terços dos integrantes do Conselho Federal da OAB.

25. Em relação ao Conselho Federal da OAB, assinale a opção correta de acordo com o Regulamento Geral da OAB.

(A) Na hipótese de renúncia de conselheiro federal de um estado da Federação, cabe ao Conselho Federal, na inexistência de suplente, eleger outro que o substitua.

(B) O voto da delegação de conselheiros federais de um estado da Federação é o de sua maioria.

(C) Os ex-presidentes do Conselho Federal não têm direito a voto nas sessões desse conselho.

(D) Para a edição de provimentos, exige-se o quorum de maioria absoluta dos conselheiros federais.

**26. Em 5/2/2007, José Silva, advogado, notificou pessoalmente seu cliente da renúncia ao mandato outorgado nos autos de ação cível, pelo rito ordinário, ajuizada pela União. O Diário de Justiça de 8/2/2007 publicou a intimação para que as partes especificassem provas que desejavam produzir.**

**Considerando a situação hipotética acima e o que dispõe o Estatuto da Advocacia, assinale a opção correta.**

(A) José Silva deverá apresentar petição de especificação de provas na hipótese de seu cliente não ter constituído novo advogado nos autos.

(B) José Silva deverá comunicar ao seu cliente da publicação da intimação para que ele providencie outro advogado para cumpri-la.

(C) O juiz deve reabrir o prazo para especificação de provas porque uma das partes estava sem advogado nos autos.

(D) O cliente pode se dirigir diretamente ao juiz e informar as provas que pretende produzir, juntando aos autos a notificação de renúncia de seu advogado.

27. À luz do entendimento do Supremo Tribunal Federal e do o Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a opção certa:

(A) É direito do advogado não ser recolhido preso, antes de sentença transitada em julgado, senão em sala de Estado Maior, com instalações e comodidades condignas, assim reconhecidas pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e, na falta dessas, ser aplicada prisão domiciliar.

(B) É direito de o advogado sustentar oralmente, após o voto do relator, em julgamentos de recursos nos tribunais superiores, pelo prazo de até 15 minutos.

(C) É direito de o advogado ter vista dos autos arquivados por 10 dias, mesmo sem procuração.

(D) É direito do advogado, em qualquer hipótese, não ser preso em flagrante.

**28. Sobre as normas do Estatuto da Advocacia e da OAB, marque a assertiva correta:**

(A) A violação a preceito do Código de Ética e Disciplina da OAB é punível com a suspensão do exercício profissional por até 90 dias.

(B) O abandono de causa, sem justo motivo, é punível, em regra, com censura.

(C) Os oficiais do Exército podem exercer a advocacia em causas que não envolvam a União.

(D) O presidente de assembléia legislativa não é incompatível de exercer a advocacia.

**29. No que se refere à organização da OAB, assinale a opção correta.**

(A) As caixas de assistência dos advogados têm por objetivo organizar os seguros de saúde dos inscritos na OAB e seus familiares, mas não podem promover sua seguridade social complementar.

(B) A área da subseção do conselho seccional limita-se à do município em que estiver situada.

(C) O presidente do Conselho Federal não precisa ser conselheiro federal eleito.

(D) O presidente do instituto dos advogados estadual é membro honorário e tem direito a voz e voto nas reuniões da seccional, pois o instituto é órgão da OAB.

30. Com relação aos direitos dos advogados, marque a alternativa correta conforme a Lei 8.906/94 e o entendimento do STF.

(A) A imunidade profissional do advogado pelas manifestações em juízo não alcança o crime de calúnia.

(B) O advogado não pode recusar-se a depor como testemunha em processo em que tenha atuado, na medida em que ele sempre presta serviço público e exerce função social na administração da justiça.

(C) É facultada aos advogados a consulta de autos de processos findos em cartório, mas a retirada para a extração de cópias ou estudo no escritório é condicionada à existência de procuração para o advogado que for retirá-los.

(D) O advogado somente pode postular em juízo mediante a apresentação de procuração outorgada pelo cliente.

**Direito e Processo Penal**

**31. O tipo penal compõe-se:**

(A) somente de elementos normativos e subjetivos;

(B) somente de elementos descritivos e subjetivos;

(C) somente de elementos normativos e descritivos;

(D) de elementos normativos, subjetivos e descritivos.

**32. No conflito aparente de normas, quando se evidencia a ocorrência de um crime-meio para a caracterização de um crime-fim, a questão vem solucionada pelo:**

(A) princípio da subsidiariedade tácita;

(B) princípio da consunção;

(C) princípio da especialidade;

(D) princípio da alternatividade;

**33. Assinale a alternativa correta:**

(A) o funcionário público que se utiliza de carro público para viajar de férias com a família pratica crime de peculato de uso.

(B) o crime de furto se consuma com a inversão da posse da coisa de forma tranquila, ainda que passageira, com a saída da coisa da esfera de vigilância da vítima.

(C) em caso de latrocínio, se a morte da vítima se verifica, mas a subtração da coisa fica na tentativa, o crime não chega a se consumar.

(D) se o agente usa de documento falso para a prática de estelionato, responderá sempre pelo concurso material dos dois crimes.

34. Assinale a alternativa correta:

(A) a interceptação de comunicações telefônicas somente pode ser usada em investigação criminal ou instrução processual penal, não podendo servir em ações civis;

(B) o emprego de arma de brinquedo também qualifica o crime de roubo;

(C) constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe intenso sofrimento físico ou mental, motivado por discriminação política é crime de tortura, assim definido em lei;

(D) o exercício da ação penal, em crimes contra a ordem tributária, necessariamente depende do exaurimento da discussão da questão na esfera administrativo-fiscal;

35. Assinale a alternativa correta:

1. Uma banda de rock que, em suas músicas, incentiva o uso de *cannabis sativa* ("maconha") não pratica crime algum, haja vista o princípio constitucional da liberdade de expressão.

(B) o fato de o administrador público deixar de ordenar o cancelamento do montante de restos a pagar inscrito em valor superior ao permitido em lei é mera infração administrativa, não caracterizando nenhum crime previsto no Código Penal Brasileiro.

(C) quem remarca número de chassi de automóvel pratica o crime de falsidade ideológica, do art. 299, do Código Penal.

(D) o crime de corrupção passiva se consuma com a mera solicitação, independentemente da obtenção da vantagem solicitada.

**36. Analise as assertivas:**

**I. O inquérito policial deve ser instaurado através de relatório e encerrado mediante portaria da autoridade policial.**

**II. Em razão do princípio da oralidade do processo, não há necessidade de serem as peças do inquérito policial reduzidas a escrito ou datilografadas.**

**III. No inquérito policial, o ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade.**

**Está correto o que consta SOMENTE em:**

(A) III.

(B) I e III.

(C) II.

(D) II e III.

**37. Recebendo *noticia criminis* de crime em que a ação penal depende de representação, a Autoridade Policial, depois de lavrar boletim de ocorrência, deve:**

(A) instaurar o inquérito policial e aguardar a representação da vítima ou seu representante legal.

(B) instaurar o inquérito policial e intimar a vítima ou seu representante legal para oferecer a representação.

(C) aguardar a representação para instaurar o inquérito policial.

(D) remeter o boletim de ocorrência ao Ministério Público para ser colhida a representação da vítima ou seu representante legal.

**38. De acordo com o Código de Processo Penal, o inquérito Policial:**

(A) deverá terminar no prazo de quinze dias se o indiciado tiver sido preso em flagrante.

(B) será iniciado, nos crimes de ação pública, exclusivamente mediante requisição do Ministério

Público ou requerimento do ofendido ou de seu representante legal.

(C) deverá terminar no prazo de sessenta dias quando o indiciado estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

(D) não poderá ser arquivado pela autoridade policial, ainda que fique comprovada a inexistência do fato ou que o fato não constituía crime.

**39. Em conformidade com a lei processual penal são consideradas as seguintes espécies de prisão em flagrante:**

(A) forjado, presumido e especial.

(B) preparado, putativo e próprio.

(C) próprio, impróprio e presumido.

(D) esperado, presumido e preparado.

**40. São consideradas infrações de menor potencial ofensivo, para os efeitos da Lei 10.259/01 – Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Justiça Federal:**

(A) Crimes a que a lei comine pena máxima não superiores a um ano, ou multa, excetuados os casos em que haja previsão de procedimento especial.

(B) Crimes a que a lei comine pena máxima não superior a dois anos, ou multa.

(C) Crimes a que a lei comine pena máxima não superiores a três anos, ou multa, excetuados os casos em que haja previsão de procedimento especial.

(D) Crimes a que a lei comine pena máxima não superior a quatro anos, ou multa.

**Empresarial**

**41. Alienado o estabelecimento empresarial, é correto afirmar, quanto às obrigações ligadas à sua exploração, que**

(A) o adquirente receberá por cessão todos os créditos do alienante, invalidando-se qualquer pagamento posterior feito pelo devedor ao cedente.

(B) o adquirente obrigar-se-á solidariamente por créditos regularmente contabilizados, vencidos e vincendos, existentes na data do trespasse, agora por ele devidos.

(C) o adquirente sub-rogar-se-á legalmente em todos os contratos estipulados pelo alienante.

(D) o adquirente não poderá fazer concorrência ao alienante pelo prazo de cinco anos.

QUESTÃO 26

**42. A sociedade simples difere, essencialmente, da sociedade empresária porque**

(A) naquela, a responsabilidade dos sócios é sempre subsidiária, enquanto nesta, é sempre limitada.

(B) aquela deve constituir-se apenas sob as normas que lhe são próprias, enquanto esta pode constituir-se se utilizando de diversos tipos.

(C) aquela não exerce atividade própria de empresário sujeito a registro, ao contrário do que ocorre nesta.

(D) aquela não exerce atividade econômica nem visa ao lucro, ao contrário desta.

QUESTÃO 27

**43. Com relação às regras que disciplinam a situação do sócio-quotista da sociedade limitada, assinale a opção correta.**

(A) As quotas são bens de livre disposição do sócio, que poderá vendê-las a outro sócio ou a terceiro, independentemente da anuência dos demais sócios.

(B) A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem pela integralização do capital social.

(C) As quotas representam a necessária divisão do capital social em partes iguais, sendo as deliberações consideradas de acordo com o número de quotas de cada sócio.

(D) As quotas podem ser integralizadas pelos sócios por valores representados em dinheiro, bens ou prestação de serviços, respondendo solidariamente todos os sócios pela exata estimação dessas contribuições.

**44. Acerca do exercício da empresa em sociedade, assinale a opção correta.**

(A) A qualificação de uma sociedade como empresarial só ocorre quando ela exerce atividade própria de empresário sujeito a registro.

(B) A sociedade que precipuamente exercer atividade de empresário rural só poderá adotar tipo reservado às sociedades empresárias.

(C) A constituição de sociedade para a realização de apenas um negócio determinado é incompatível com a atividade empresarial, pois impede a habitualidade de seu exercício.

(D) O conceito de sociedade implica o exercício de atividade econômica, embora nem toda sociedade que realize atividade econômica seja necessariamente considerada empresarial.

**45. Com base na Lei n.º 6.406/1976, que dispõe sobre as sociedades por ações, assinale a opção correta acerca das características jurídicas desse tipo de sociedade empresarial.**

(A) Os bônus de subscrição conferem direito de crédito contra a companhia, podendo conter garantia real ou flutuante.

(B) As partes beneficiárias compõem o capital social desse tipo de sociedade, sendo permitida a participação nos lucros anuais.

(C) As ações, quanto à forma, podem ser classificadas em ordinárias e preferenciais.

(D) Nessas sociedades, apenas acionistas poderão ser simultaneamente titulares de ações e debêntures.

**Direito e Processo Civil**

**46. Acerca das provas, assinale a opção correta.**

(A) A confissão é irretratável, por ser irrevogável, embora possa ser anulada.

(B) As presunções legais não serão admitidas nos fatos em que a lei não admitir depoimento de testemunha.

(C) É plenamente válida a confissão do incapaz se feita por meio de seu representante legal.

(D) Testemunha instrumentária é a pessoa natural, estranha à relação processual, que declara em juízo conhecer o fato alegado, por havê-lo presenciado ou por ouvir algo a seu respeito.

**47. Com relação ao direito da pessoa, assinale a opção correta.**

(A) Os direitos da personalidade são intransmissíveis, irrenunciáveis, inatos ou decorrentes, perpétuos e insuscetíveis de apropriação.

(B) A capacidade de exercício é imanente a toda pessoa, o que significa dizer que toda pessoa tem capacidade de adquirir direitos e contrair obrigações.

(C) A emancipação voluntária ocorre pelo exercício de emprego público efetivo.

(D) Depois de transitada em julgado, a sentença judicial que decreta a nulidade ou anulação do casamento deve ser registrada no cartório de registro de pessoas naturais.

**48. Acerca das pessoas e do domicílio, assinale a opção incorreta.**

(A) Não é cabível a desconsideração da personalidade jurídica em se tratando de firma individual.

(B) A fundação de direito privado não pode ter fins lucrativos.

(C) A República Federativa do Brasil é pessoa jurídica de direito público interno.

(D) Têm domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o militar e o preso.

**49. No que se refere às normas relativas aos bens e a suas classificações, assinale a opção incorreta.**

(A) Os bens públicos dominicais são disponíveis e alienáveis.

(B) A energia elétrica e os direitos autorais são considerados bens móveis.

(C) Imóveis por acessão intelectual é tudo aquilo que o homem incorporar permanentemente ao solo, de modo que não se possa retirar sem destruição.

(D) A moeda é coisa incerta e fungível.

**50. Acerca do negócio jurídico, assinale a opção incorreta.**

(A) Negócio jurídico unilateral não receptício é um ato de autonomia privada que se aperfeiçoa pela declaração do seu autor e produz seus efeitos sem a necessidade de aceitação e conhecimento por parte do seu destinatário.

(B) A validade do negócio jurídico requer capacidade do agente. Nesse sentido, tal requisito tipifica a um só tempo elementos de existência e pressupostos de validade do negócio jurídico.

(C) A reserva mental ilícita ou irregular torna nula a declaração da vontade, se desconhecida da outra parte ao tempo da consumação do negócio jurídico.

(D) Representante legal é a pessoa munida de mandato, expresso ou tácito, outorgado pelo representado.

**51. Com referência a intervenção de terceiros e a assistência, assinale a opção correta.**

(A) O terceiro que se sentir prejudicado ou que tiver seu direito ameaçado em virtude de uma pretensão discutida em juízo poderá ingressar na ação e nomear se como legítimo detentor do direito disputado pelo autor, por meio do incidente denominado nomeação à autoria.

(B) A assistência somente é admissível até o julgamento da apelação.

(C) Tanto o autor quanto o réu têm legitimidade para requerer o chamamento ao processo do devedor principal, dos demais co-devedores solidários ou do fiador. Quando o chamamento for manejado pelo autor, permite-se o aditamento da petição inicial pelo chamado.

(D) A denunciação à lide constitui uma nova ação, ou seja, é lide secundária em relação à ação principal, e, uma vez extinta a ação principal, resta prejudicada, por falta de objeto, a lide secundária.

QUESTÃO 37

**52. Acerca da tutela de urgência, assinale a opção correta.**

(A) O indeferimento de medida cautelar não obsta o ingresso da ação principal, mesmo quando tenha sido acolhida, na ação cautelar, alegação de prescrição ou decadência; tampouco influi em seu julgamento, pois, conquanto dependentes no plano da existência, guardam ambos autonomia no que vier a ser decidido acerca do mérito de ambas as demandas.

(B) A indicação da ação principal a ser proposta e o seu fundamento são requisitos obrigatórios da petição inicial da medida cautelar preparatória; e o que se decide na ação cautelar é se há probabilidade do direito afirmado pelo autor e se esse direito, em face da demora do processo principal, corre risco de sofrer dano de difícil reparação.

(C) Devido à urgência e celeridade, as decisões liminares proferidas no processo cautelar só podem ser concedidas se a petição inicial estiver acompanhada de prova pré-constituída e inequívoca do direito afirmado pelo requerente e se houver risco iminente de perigo, não se admitindo, para esse fim, a prova testemunhal.

(D) O juiz poderá antecipar, de ofício ou a requerimento da parte autora, os efeitos da tutela pretendida, desde que haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, ou fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu.

TÃO 38

**53. De acordo com o sistema recursal do Código de Processo Civil, o agravo de instrumento pode ser interposto, entre outros atos judiciais,**

(A) do ato pelo qual o juiz determina a juntada de documento produzido pela parte.

(B) do ato pelo qual o juiz decide os embargos à execução fundada em título executivo extrajudicial.

(C) do ato pelo qual o juiz ordena a anotação, no registro de distribuição, do oferecimento de reconvenção.

(D) do ato pelo qual o juiz julga a liquidação de sentença.

O 39

**54. No que se refere à matéria de recursos cíveis e à atuação do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a opção correta.**

(A) A cognição do STJ, no julgamento do recurso especial, abrange as questões de fato, podendo a Corte reexaminar a prova produzida.

(B) Conhecimento e provimento de um recurso são expressões equivalentes.

(C) Pode o STJ conhecer de um recurso especial e, no mérito, dar-lhe ou negar-lhe provimento.

(D) Pode o STJ conhecer de recurso especial interposto sob a alegação de que a decisão recorrida violou diretamente a Constituição Federal.

QUESTÃO

**55. Com relação ao litisconsórcio, é correto afirmar que**

(A) todo litisconsórcio necessário é também unitário.

(B) o litisconsórcio formado entre os réus de uma ação anulatória de um mesmo negócio jurídico é unitário.

(C) as vítimas de um mesmo acidente de trânsito podem agir em litisconsórcio contra quem o causou, para exigir-lhe perdas e danos, sendo unitário o litisconsórcio assim formado

(D) consumidores que se dizem individualmente lesados em virtude do consumo do mesmo produto podem agir em litisconsórcio contra o produtor, para exigir-lhe perdas e danos, sendo necessário o litisconsórcio assim formado.

**Direito e Processo do Trabalho**

**56. Vitor, advogado, recebeu um aparelho celular do seu empregador. Após o término da jornada contratual, verifica constantemente o aparelho para saber se há ligações ou algum recado ou mensagem do empregador. Tal verificação ocorre em qualquer lugar: cinema, praia, restaurante, durante as férias, etc. Nesse caso, pode-se considerar que**

(A) O uso do aparelho celular pelo Vitor caracteriza regime de *sobreaviso*, uma vez que permanece aguardando sua convocação para o serviço.

(B) O uso do aparelho celular pelo Vitor, por si só, não caracteriza regime de *sobreaviso*, uma vez que não permanece em sua residência aguardando, a qualquer momento, convocação para o serviço.

(C) O uso do aparelho celular pelo Vitor caracteriza regime de *prontidão*, uma vez que permanece aguardando a convocação para o serviço.

(D) O uso do aparelho celular pelo Vitor caracteriza regime de *sobreaviso* durante a jornada contratual, e *prontidão*, após o término desta, uma vez que permanece aguardando a convocação para o serviço.

**57. Daniel, diariamente, após descer da condução na portaria da empresa, caminha por 30 minutos até local de trabalho, onde bate o ponto de entrada. Ao sair, o mesmo acontece, ou seja, bate o cartão, caminha por 30 minutos, e pega o ônibus na portaria da empresa. Nessa hipótese**

(A) Considera-se que Daniel está à disposição do empregador durante o período que exceder de 10 minutos de deslocamento entre o portão da empresa e o local de trabalho, e vice-versa.

(B) Considera-se que Daniel está à disposição do empregador durante o período que exceder de 5 minutos de deslocamento entre o portão da empresa e o local de trabalho, e vice-versa.

(C) Considera-se que Daniel está à disposição do empregador durante todo o período de deslocamento entre o portão da empresa e o local de trabalho, e vice-versa.

(D) Considera-se que Daniel não está à disposição do empregador durante o período de deslocamento entre o portão da empresa e o local de trabalho, e vice-versa.

**58. Gabriela, no sétimo mês de gestação, foi dispensada pelo empregador e assinou o termo de renúncia da garantia referente à manutenção de emprego e salário, em conformidade com a cláusula da Convenção Coletiva de Trabalho da categoria. Na hipótese, a cláusula normativa**

(A) É nula de pleno direito.

(B) É nula, pois somente seria possível a renúncia por meio de Acordo Coletivo de Trabalho.

(C) É válida, pois é ampla a liberdade de alteração das condições contratuais por meio da negociação coletiva.

(D) É válida, pois foi Gabriela assinou voluntariamente o documento de renúncia, sem qualquer ressalva.

**59. A prescrição do direito de reclamar a concessão das férias ou o pagamento da respectiva remuneração, conforme o art. 149 da CLT, é contada do**

(A) término do primeiro período aquisitivo de férias.

(B) término do gozo das férias das quais se pretende reclamar em Juízo.

(C) término do período aquisitivo, quando o empregador fica em mora quanto à concessão ou pagamento das férias.

(D) término do período concessivo, quando o empregador fica em mora quanto à concessão ou pagamento das férias.

**60. A empresa TADE S.A., em processo falimentar, teve seus bens alienados à empresa BRINCA S.A. Contudo, a TADE S.A., antes da alienação de seus ativos, figurava no polo passivo de várias reclamações trabalhistas. Para analisar o caso exposto em função do instituto da sucessão trabalhista, deve-se considerar que:**

(A) a sucessão trabalhista é aplicada em todo e qualquer vínculo empregatício urbano, não comportando qualquer exceção.

(B) a sucessão trabalhista não se caracteriza quando há venda dos bens da empresa falida, visto que, por disposição legal, o objeto da alienação estará livre de quaisquer ônus, inclusive os derivados da legislação trabalhista.

(C) a sucessão trabalhista se caracteriza quando há cessão dos bens da empresa falida, visto que, por disposição legal, o objeto cedido não estará livre de quaisquer ônus trabalhistas, mas tão somente daqueles de natureza tributária.

(D) a única exceção à sucessão trabalhista refere-se aos empregados domésticos, visto que os artigos 10 e 448 consolidados não são aplicáveis a esses empregados.

**61. O juiz trabalhista deve declarar, na hora marcada, aberta a audiência por força do caput do art. 815 da CLT. Entretanto, se, até 15 minutos após a hora marcada, o juiz não houver comparecido, as partes podem retirar-se, nos termos do parágrafo único do citado artigo. Tal tolerância para o juiz foi alargada para 30 minutos pelo inciso XX do art. 7º da Lei no 8.906/94. Pelo exposto, quanto a atrasos em audiência, pode-se afirmar que:**

(A) não há qualquer previsão legal de tolerância para atraso das partes e, se ocorrer por razões não legalmente previstas para autorizar o adiamento da audiência, estar-se-á afrontando a igualdade que deve ser dispensada pelo juiz às partes, nos termos do art. 125, I do CPC.

(B) a tolerância legal também se aplica para atrasos das partes, devido ao princípio da isonomia.

(C) a critério do juiz em audiência poderá ser aguardada uma das partes ou seu advogado atrasado, sem a concordância da outra parte litigante e seu patrono.

(D) a tolerância máxima de 30 minutos para o juiz também se aplica em caso de ele ainda estar realizando audiências anteriores na mesma pauta.

**62. Ana e Bianca trabalharam na mesma empresa, no mesmo setor. Ambas foram dispensadas na mesma data, sem o recebimento das respectivas verbas rescisórias. Ajuizaram assistidas pelo mesmo advogado suas reclamações trabalhistas, cujas audiências inaugurais foram marcadas para o mesmo dia em Varas e horários próximos. Assim, o advogado sugeriu que uma fosse testemunha no caso da outra. Analisando a situação, tem-se que**

(A) o fato de estar litigando ou de ter litigado contra o mesmo empregador torna suspeita a testemunha.

(B) o simples fato de estar litigando ou de ter litigado contra o mesmo empregador não torna suspeita a testemunha.

(C) tal fato não invalidaria a prova testemunhal, ainda que Ana e Alice fossem amigas íntimas, eis que prestam compromisso perante o juízo.

(D) tal fato não invalidaria a prova testemunhal, ainda que Ana e Alice fossem inimigas declaradas, eis que prestam compromisso perante o juízo.

**63. A Reclamada opôs embargos de declaração contra decisão monocrática do Ministro Relator do processo, em trâmite no TST, com base no art. 557 do CPC, postulando efeito modificativo perante o Colegiado. Esse ato, nos termos da Súmula 421 do TST, enseja a conversão dos embargos declaratórios em agravo. Nessa perspectiva, os princípios processuais trabalhistas que informam tal possibilidade de conversão dos recursos supramencionados são os do (a)**

(A) fungibilidade e da celeridade.

(B) dispositivo e do duplo grau de jurisdição.

(C) fungibilidade e da perempção.

(D) celeridade e do duplo grau de jurisdição

**64. Ao se fazer uma consulta às regras processuais contidas na CLT, constata-se que:**

(A) o documento oferecido para prova, no processo, só será aceito, se estiver no original ou em certidão autêntica, ou quando conferida a respectiva pública-forma ou cópia perante o juiz ou tribunal.

(B) outras exceções, além das referentes à suspeição e à competência, podem ser opostas com suspensão do feito.

(C) a CLT prevê que o juiz deve declarar *ex officio* a nulidade fundada em incompetência de foro.

(D) apresentada a exceção de incompetência, abrir-se-á vista ao exceto por 48 horas improrrogáveis.

**65. A admissibilidade do recurso de Embargos contra acórdão de Turma em Recurso de Revista em fase de execução, publicado na vigência da Lei nº 11.496, de 26.06.2007, condiciona-se à demonstração de**

(A) divergência jurisprudencial entre Turmas ou destas e a Seção Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho em relação à interpretação de dispositivo constitucional.

(B) divergência jurisprudencial entre Turmas ou destas e a Seção Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho em relação à interpretação de dispositivo constitucional ou de lei federal.

(C) divergência jurisprudencial entre Turmas do Tribunal Superior do Trabalho em relação à interpretação de dispositivo constitucional.

(D) divergência jurisprudencial entre Turmas do Tribunal Superior do Trabalho em relação à interpretação de dispositivo constitucional ou de lei federal.

**Direito Tributário**

**66. Obedece ao princípio da anterioridade de exercício, mas não obedece ao princípio da anterioridade nonagesimal (noventena) o imposto sobre:**

(A) a renda (IR).

(B) produtos industrializados (IPI).

(C) importação (II).

(D) serviço de qualquer natureza (ISS).

**67. Marque a opção correta:**

**I - Tendo em vista situação de relevância e urgência, qual seja uma inundação causada por chuvas intensas, o Presidente da República edita medida provisória criando empréstimo compulsório na forma do art. 148, I, da CRFB/88 e cobra imediatamente dos contribuintes;**

**II – Majorada alíquota de IPI em 01 de março de 2007 ele poderá ser cobrado 90 dias depois, no mesmo exercício financeiro;**

**III – O IPTU não se submete a noventena quando for alterada sua alíquota.**

**Estão corretas:**

(A) as assertivas I e II

(B) as assertivas I e III

(C) as assertivas II e III

(D) somente a assertiva II

**68. Pelo princípio da legalidade, estão corretas as seguintes afirmativas, exceto:**

(A) Um tributo não pode ser criado ou majorado senão em virtude de lei;

(B) medida provisória, preenchidos os requisitos constitucionais, pode criar ou majorar tributos;

(C) Decreto do poder executivo não pode criar ou alterar alíquotas de tributos em nenhuma hipótese;

(D) A instituição de um tributo por meio de Lei Complementar não viola o princípio da legalidade.

**69. Os lançamentos do imposto sobre produtos industrializados (IPI) e do imposto sobre propriedade predial e territorial urbana (IPTU) são lançamentos:**

(A) por declaração ou misto, ambos.

(B) de ofício ou direto, ambos.

(C) por homologação e de ofício, respectivamente.

(D) por declaração e de ofício, respectivamente.

**70. Em 2005, Ismália não apresentou à Receita Federal a “declaração de isento”, exigida de todos aqueles inscritos no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), cuja renda anual não ultrapassa a faixa de isenção do Imposto de Renda. Supondo que o descumprimento de tal obrigação fosse apenada, pela lei federal, com multa no valor de R$ 150,00, é CORRETO afirmar que a União Federal:**

(A) ao exigir de Ismália o pagamento daquele valor estaria exigindo o cumprimento de obrigação tributária acessória.

(B) ao exigir de Ismália o pagamento daquele valor estaria exigindo o cumprimento de obrigação tributária principal.

(C) não poderia exigir o pagamento daquele valor de Ismália, mas apenas da fonte pagadora.

(D) estaria aplicando a chamada norma geral antielisão, cujo objetivo é desconsiderar atos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador.

**BOA PROVA!**

**TENHA ATENÇÂO NO PREENCHIMENTO DO CARTÃO-RESPOSTA.**

**CARTÃO RESPOSTA PROVA**

**NOME COMPLETO\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

***(FAVOR PREENCHER COM LETRA DE FORMA)***

**MATRÍCULA\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ TURMA \_\_\_\_\_\_\_\_\_ DATA \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| QUESTÃO/RESPOSTA | QUESTÃO/RESPOSTA | QUESTÃO/RESPOSTA |
| **01** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **26** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **51** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **02** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **27** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **52** A ( )B ( ) C ( ) D ( ) |
| **03** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **28** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **53** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **04** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **29** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **54** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **05** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **30** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **55** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **06** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **31** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **56** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **07** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **32** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **57** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **08** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **33** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **58** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **09** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **34** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **59** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **10** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **35** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **60** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **11** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **36** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **61** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **12** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **37** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **62** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **13** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **38** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **63** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **14** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **39** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **64** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **15** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **40** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **65** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **16** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **41** A () B ( ) C () D ( ) | **66** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **17** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **42** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **67** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **18** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **43** A ( ) B () C ( ) D () | **68** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **19** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **44** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **69** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **20** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **45** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **70** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **21** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **46** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |
| **22** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **47** A ( ) B ( ) C () D ( ) |  |
| **23** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **48** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |
| **24** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **49** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) |  |
| **25** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **50** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |